

Águas, saúde pública e integração nacional: as grandes cheias dos rios Iaco, Juruá e Acre de 1915 e 1918

ANDRÉ VASQUES VITAL¹

Assim o rio, em sua heróica estupidez,
Deixa em tudo um signal de glória ou de revez...
É o deus onnipotente e eterno destas zonas.

Francisco Mangabeira (s.d.)

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as grandes cheias dos rios Iaco, Juruá e Acre em 1915 e 1918 e o impacto das inundações na saúde pública local e nos projetos de integração nacional do Território Federal do Acre. Esse período coincide com um momento de forte tensão na relação entre os Departamentos do Alto Purus, Acre, Juruá e Tarauacá com o Governo Federal que pretendia reorganizar o território, trazendo incertezas com relação à sua autonomia. Essa análise preliminar coloca em evidência o papel das águas na dramática transformação política, econômica e coletiva que tornou Sena Madureira - cidade acreana modelo de 'progresso' e saúde pública - em lugar de decadência, miséria e doença, culminando na unificação administrativa do Território e na elevação da cidade de Rio Branco como capital.

Os rios foram elementos fundamentais na formação e integração do que chamamos de Acre ao Brasil. Pelos rios ocorreu o fenômeno da “fronteira móvel”, momento em que aventureiros nordestinos adentraram na segunda metade do século XIX as Tierras no Descubiertas (para a Bolívia) e Tierra de Infieles (para o Peru), em busca da *Hevea brasiliensis*, árvore de onde seria extraída e produzida a borracha que supriria a demanda internacional (MACHADO, 1997: 19-32). Foi também pelos rios que os brasileiros no Acre puderam confrontar a investida dos governos da Bolívia e Peru para retomada do território, e

¹ Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo PPGHCS da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ. Doutorando em História das Ciências e da Saúde pela mesma instituição sob orientação dos Drs. Gilberto Hochman e Dominichi Miranda de Sá. Projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

que o governo Brasileiro usou o argumento da região como “dependência geográfica” da bacia amazônica brasileira e o dispositivo *Uti possidetis* para conseguir a assinatura do Tratado de Petrópolis de 1903 (TOCANTINS, 1979: 142; BUENO, 2003: 310). Em 1904 a região foi denominada Território Federal do Acre, ficando subdivida em três departamentos independentes, governados por prefeitos sob ordens diretas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores: Departamentos do Alto Acre, Purus e Juruá. Em 1912 seria criado o quarto departamento: Alto Tarauacá.

Sena Madureira e os movimentos autonomistas

A retenção do Acre como “Território Federal” fez emergir um sério problema: a ausência de autonomia política e econômica, como havia nos demais estados da federação. Os acreanos não tinham direito de voto, de dispor dos impostos sobre a borracha e não poderiam escolher os prefeitos. Ao longo dos primeiros anos de formação do Território as reclamações sobre a falta de diálogo da União com os prefeitos e sobre a transformação do Acre em estado eram matérias mais ou menos recorrentes nos jornais.

Enquanto o Alto Juruá e principalmente o Alto Acre se debatiam com as instabilidades políticas advindas da incompatibilidade entre prefeitos nomeados pela União e proprietários seringalistas, o casamento entre os proprietários iacoaras e o prefeito Cândido Mariano (1905-1910) resultava na proeminência política de Sena Madureira. Diversas medidas de saneamento e urbanização da cidade, unidas à estabilidade política, contribuíram para que, em 1908, a capital do Purus fosse considerada pelo governo federal como a principal capital do Território Federal do Acre, recebendo as sedes de repartições federais, como Correios, Posto Fiscal, Justiça Federal, Delegacia do Ministério da Agricultura, etc (MENEZES, FERNANDES, 2005; COSTA, 2005; LOUREIRO, 1981: 85). Estava em andamento a instalação de iluminação elétrica pública e privada, contava com um hospital de caridade, mantido por iniciativa privada, vários cafés e restaurantes além de praças e um passeio público em fase de estabelecimento, sendo inaugurado em fins de 1910. Essa efervescência fez com que o *Almanak Laemmert* alçasse Sena Madureira à condição de “cidade muito moderna” e apelidando-a de “Rainha do Acre” (ALMANAK LAEMMERT, 1914: 671).

Essa condição de proeminência favoreceu que, durante a Revolta Autonomista do Alto Juruá, em 1910, Sena Madureira fosse aclamada como capital do estado unificado (LIMA, 1966: 126). O fracasso do movimento não impediu, contudo, que os proprietários nos rios Iaco e Macauã viessem a se tornar os mais agressivos defensores da autonomia. Bastou a

nomeação de um prefeito pouco hábil em dialogar com as elites locais como estopim para a explosão da Revolta Autonomista do Alto Purus (maio-junho 1912), quando centenas de pessoas depuseram o prefeito e proclamaram o estado unificado do Acre, no episódio mais violento desde a Revolução Acreana (LOUREIRO, 1981: 72; COSTA, 2005: 286-289).

Esse episódio acendeu o sinal vermelho na Capital Federal. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores cogitou enviar projeto ao Congresso propondo a unificação do Acre em dois Departamentos: o do Alto Acre e Alto Juruá, extinguindo os Departamentos do Alto Purus e Tarauacá, diminuindo também o efetivo do judiciário local como medida de cortes nos gastos com o Território (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18/10/1915). A intenção do Ministério era também neutralizar as elites do Alto Purus. Membros do judiciário local e proprietários nos altos rios Purus e Tarauacá reagiram ao anúncio. A possibilidade de um novo conflito armado foi mesmo garantida por Godofredo Maciel, ex-prefeito do Purus (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18/10/1915).

É nesse contexto político turbulento que ocorre o início das grandes cheias no Território do Acre, em especial Sena Madureira, evidenciando os limites de uma cidade “naturalmente” destinada a capital do Acre, concedendo força política aos que se opunham às elites iacoaras.

As cheias do rio Iaco e o impacto na saúde pública

Entre janeiro e fevereiro de 1915, intensas chuvas atingiram as áreas dos altos rios Acre, Purus, Iaco, Juruá e Tarauacá, locais reunidos na denominação política Território Federal do Acre. O aumento das chuvas entre dezembro e fevereiro era comum e bem conhecido por quem habitava a região. Segundo alguns observadores da época, a média anual de chuvas no Acre era de aproximadamente 2.000 milímetros, sendo pouco mais de 100 milímetros mensais na chamada estação da seca (maio à agosto) e 230 milímetros mensais na estação chuvosa (novembro à abril). Nos meses de dezembro e janeiro a quantidade de chuvas atingia um ápice, chegando a 300 e até 438 milímetros, tendo impacto no regime de cheias dos rios (CASTELLO BRANCO, 1961: 132). Contudo, os meses de janeiro e fevereiro de 1915 foram claramente atípicos: só a estação meteorológica de Sena Madureira, às margens do rio Iaco, registrou 1022 milímetros de chuva em janeiro e 503 milímetros em fevereiro

distribuídos entre vinte e um dias de chuva no primeiro mês e treze dias no segundo (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 07/03/1915).

As áreas inicialmente atingidas pela inundação foram a parte rural e o subúrbio de Sena Madureira. A cheia do Iaco formava uma barreira às águas dos rios Caieté e Macauã, provocando transbordamento também nas margens desses rios, atingindo os seringais. Em cinco de fevereiro de 1915, Samuel Barreira enviava a primeira mensagem telegráfica endereçada ao Ministro da Justiça comunicando a destruição de grande parte da lavoura no interior. Nessa mensagem, Barreira já estimava cerca de dois mil desabrigados pelas cheias no Departamento e pedia auxílio de sessenta contos de réis para socorrer as vítimas (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 07/03/1915).

No dia sete de fevereiro, mais de dois terços da parte urbana de Sena Madureira estavam debaixo d'água, e a prefeitura começou a distribuir alimentos e outros gêneros de primeira necessidade para os desabrigados. A fome foi um dos primeiros atores mobilizado pela cheia, agindo de maneira avassaladora sobre a população local. As verbas da prefeitura foram utilizadas inicialmente no combate à fome, já que a produção agrícola estava perdida pela cheia. Outro grande desafio era o acolhimento dos desabrigados, e nesse sentido a prefeitura entrou em acordo com proprietários seringalistas nos arredores que não tiveram suas casas e barracões invadidos pelas águas (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 28/02/1915). Logo as verbas da prefeitura chegavam ao limite, e Samuel Barreira em mensagem telegráfica admitia as condições “aterradoras” da catástrofe (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 07/03/1915).

As intensas chuvas diminuíram nos primeiros dias de fevereiro, mas a cheia do Iaco prosseguiu. Em 21 de fevereiro ocorreu o ápice da inundação, atingindo toda a área urbana de Sena Madureira, para, no dia seguinte, dar os primeiros sinais de vazante (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 28/02/1915). Contudo, a situação era de calamidade: a fome reinava, o trânsito pelas ruas era somente possível por meio de canoas, todo o sistema de drenagem ostentado pela Diretoria de Higiene do Alto Purus e elogiado na ocasião da visita de Carlos Chagas ao Purus² estava destruído e eram incontáveis as perdas materiais. Em onze anos de existência da cidade era a primeira vez que as águas do rio Iaco invadiam a área urbana de Sena Madureira.

² Carlos Chagas viajou em Comissão, entre outubro de 1912 e março de 1913, pelo interior da Amazônia acompanhado dos médicos João Pedroso de Albuquerque (da Diretoria Geral de Saúde Pública) e Pacheco Leão (da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Essa Comissão era fruto de contrato assinado entre o Instituto Oswaldo Cruz e a Superintendência de Defesa da Borracha visando avaliar as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas e propor um plano de saneamento da região. Como resultado dessa expedição foi escrito o

Apesar dos muitos apelos de Samuel Barreira para a liberação de crédito para auxílio às vítimas da inundação, nenhuma resposta veio por parte do Governo Federal. As cheias do Iaco pouco repercutiram também nos jornais dos Departamentos do Alto Juruá, Alto Acre e Alto Tarauacá, o que é indicativo do relativo desprezo que os vizinhos nutriam frente à situação no Purus, fomentado pelas disputas políticas envolvidas nos projetos de unificação do Território. Tanto a inundação quanto a falta de resposta do Governo Federal repercutiram na Capital Federal cf. (*A Noite*, Rio de Janeiro, 11/02/1915); (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 12/02/1915); (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12/02/1915); (*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 07/03/1915).

Dois atores foram especialmente favorecidos pela inundação: o mosquito *Anopheles*, vetor da malária, e o protozoário que causava a forma mais grave da doença, o *Plasmodium falciparum*. Sena Madureira contava com um amplo sistema de drenagem do solo por meio de pequenos canos que levavam as águas das chuvas para os igarapés e o rio Iaco. Desde 1907, a cidade somente registrava casos “benignos” provocados pelo *Plasmodium vivax*, cujos sintomas eram febre alta, calafrios, náuseas, dores de cabeça e no corpo. Esses casos não levavam à morte do doente e os habitantes da cidade, habituados com a doença, raramente buscavam auxílio médico. Esse quadro sofreu profunda modificação com o início da vazante em 1915: o sistema de drenagem estava inutilizado, as margens inundadas favoreceram o aumento da população de mosquitos, especialmente das fêmeas do *Anopheles*. A situação de miséria nos seringais no interior dos rios Iaco, Macauã e Caieté promoveram a vinda de seringueiros dos longínquos barracões, que, portadores do *Plasmodium falciparum*, foram picados pelo vetor em Sena Madureira ajudando assim na disseminação da doença na capital do Purus. Como resultado, os meses de abril à novembro de 1915 foram de emergência e consolidação da condição endêmica de casos do chamado “paludismo pernicioso” na cidade, cujos sintomas eram: febre alta, tremores violentos, vômitos, desmaios, caquexia, provocando grande aumento no baço e em alguns casos afetando o cérebro e outros órgãos. Em novembro de 1915, a Diretoria de Higiene sob a direção do médico Victoriano Freire admitia a condição excepcional da doença em Sena Madureira, levando a morte dos infectados em poucos dias (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 21/11/1915).

A malária não foi a única doença que emergiu com força na cidade, beneficiada pela inundação. A coqueluche e formas graves de gripe chegaram pelo porto e varreram a cidade

provocando morte em crianças e idosos. Sena Madureira, que estava relativamente livre do risco de epidemias de varíola e sarampo devido à fiscalização no porto, voltou a sofrer com ambas as doenças nos meses finais de 1915, aumentando a condição de miséria e o clima de horror nos meses subseqüentes à cheia (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 21/11/1915). A inundação coincidiu também com a diminuição das verbas destinadas aos departamentos pela União, deixando a Diretoria de Higiene do Purus de mãos atadas. A resposta dada as epidemias foi a distribuição de quinina e medicamentos de maneira gratuita, que, pela insuficiência, possibilitou que farmacêuticos e regatões expandissem seus lucros com a venda de remédios.

Rios Acre e Juruá: águas e topografia

A cidade de Cruzeiro do Sul também foi fortemente afetada pelas chuvas e cheia anormal do rio Juruá em janeiro e fevereiro de 1915. Contudo, os graves problemas com as severas vazantes do Juruá, que normalmente dificultavam a chegada de embarcações vindas de Manaus e Belém em grande parte do ano, conjugados ao nível do terreno da cidade em relação ao rio, transformou a cheia em uma novidade positiva, ao menos para quem vivia na capital do Departamento do Alto Juruá.

Frente as disputas políticas envolvendo o futuro das capitais do Território, o jornal oficial do Departamento aproveitou a oportunidade para veicular as conseqüências da grande cheia para a cidade, em franca oposição ao que acontecia em Sena Madureira. A inundação atingiu apenas algumas ruas da parte baixa da cidade e, segundo o jornal, o grande problema foi a quantidade de lama que tomou conta das ruas. As áreas rurais e de floresta no entorno da cidade, contudo, foram fortemente atingidas pelas águas, proporcionando a invasão de animais silvestres que buscavam abrigo no núcleo urbano, por ser a parte mais alta da região. Essa condição significou fartura de alimentos, pois os animais adentravam a cidade e a casa das pessoas, morrendo, muitas vezes a tiros e indo parar na mesa das pessoas. O jornal destacou a mudança no cardápio dos hotéis que passaram a oferecer “paca no tucupi”, “guisado de porquinho”, “assado de lombo de veado”, “rosbife de anta” e etc., além do lazer dos habitantes, que ou passavam o dia caçando os animais dentro e próximo ao núcleo urbano ou disputavam corrida com pequenos barcos na parte alagada da cidade. O lado romântico da cheia também foi destacado, ao citar que muitos habitantes reuniam-se nas partes mais altas da cidade para ver o nascer e o pôr-do-sol no inédito rio-mar formado pelas chuvas daquele ano. “Ah, se fosse sempre assim!” exclamariam os habitantes de Cruzeiro do Sul, segundo o

jornal oficial (*O Cruzeiro do Sul*, Cruzeiro do Sul, 07/03/1915). O rio Acre não foi afetado pelas grandes cheias de 1915. Contudo, a cheia de 1918 foi considerada a maior vista até então, invadindo diversas ruas, provocando o êxodo para o bairro Penápolis, parte alta da cidade de Rio Branco. O comércio ficou parcialmente paralisado, diversas ruas transitáveis apenas por barco, e pessoas que viviam na zona suburbana e rural ficaram ilhadas. Ainda assim, a inundação atingiu apenas parte da cidade devido   posição topográfica frente ao rio. Apesar de ter sido pedido ajuda   União, a prefeitura em conjunto com proprietários seringalistas e a loja maç nica conseguiram em certa medida prestar socorro às vítimas e minimizar alguns dos efeitos da inundação (*Folha do Acre*, Rio Branco, 28/03/1918).

O ocaso político no Iaco

A cheia dos rios Iaco, Macauã e Caieté em 1915 tiveram conseq ncias dramáticas para a política e economia local nos anos seguintes. Em fins de 1917 e início de 1918, a malária grassava no Iaco com intensidade “colérica, nunca vista nem conhecida pelos moradores daquele rio” tendo paralisado praticamente todo o trabalho de extração da borracha (*O Alto Purus*, Sena Madureira, 01/01/1918). Nesse mesmo ano ocorreria novamente uma grande cheia, atingindo a cidade de Sena Madureira ainda em reconstru o. Embora a cheia de 1918 tenha sido pouco menor que a de 1915, ela potencializou a decadência no Purus.

Após as duas inundações, os proprietários do Iaco já não dispunham mais das forç s que tinham em 1914, momento em que ameaçavam reagir com violência a uma reorganiza o do Território do Acre. Em 1  de outubro de 1920 foi aprovado o decreto federal número 14.383, que reorganizou o Território Federal do Acre. Esse decreto extinguiu todas as antigas unidades administrativas, unificando o Território do Acre que passaria a ter como capital a cidade de Rio Branco. Essa lei alterou a organiza o política e judiciária, mas a renda do imposto sobre a borracha produzida no Território continuou sendo revertida para os cofres da União. Na prática, os autonomistas dos rios Iaco e Macauã foram isolados com a transferência das sedes das institui es federais para Rio Branco (COSTA, 2005: 297). Rio Branco, a essa altura, já era apontada como local mais adequado para a constru o de uma nova capital, tanto pela posi o topográfica em rela o ao rio, como pela lealdade de suas elites frente a União. As chuvas e as grandes cheias dos rios Iaco, Acre e Juruá de 1915 e 1918 tiveram assim uma forte capacidade *dissolutiva* proporcionando dramáticas conforma es materiais e políticas situadas, prejudicando em larga medida as pretensões autonomistas e fortalecendo o governo federal nas suas posi es frente a nacionaliza o do território acreano.

Periódicos consultados

A Noite. Rio de Janeiro, 1915

Folha do Acre. Rio Branco, 1915-1918

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1915

O Alto Purus: órgão oficial dos interesses geraes do Departamento. Sena Madureira, 1908-1918

O Cruzeiro do Sul: órgão do Departamento do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, 1915-1917

O Paíz. Rio de Janeiro, 1915

O Imparcial: diário ilustrado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1915

Referências Bibliográficas

ANNUARIO ADMINISTRATIVO, AGRÍCOLA, PROFISSIONAL, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PARA 1914. *Almanak Laemmert: 70º Anno, 1º Volume – Território do Acre*. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1914.

BARROS, Glimesdes Rego. *A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Brasília: Senado Federal, 1982.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: Os anos de apogeu – 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. Povoamento da Acreania. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 250, p. 118-256, jan-mar. 1961.

COSTA, Francisco Pereira. *Seringueiros, Patrões, e a Justiça no Acre Federal, 1904-1918*. Rio Branco: EdUFAC, 2005.

LIMA, Esperidião de Q. *11 anos na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Gazeta do Purus: scenas de uma epocha (Senna Madureira, 1918/1924)*. Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, jul-dez. 1997.

MENEZES, Maria Lúcia Pires; FERNANDES Nelson da Nóbrega. As Capitais do Acre: a cidade e os poderes. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 9, n. 194, ago. 2005.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.